

PREFEITURA

NITERÓI

NITERÓI PREV

TCE-RJ
Fls. 286
No. Processo: 215230-1/2019

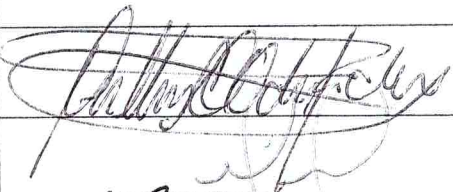
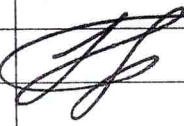
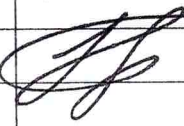
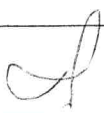
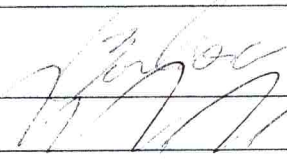
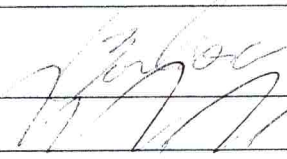

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

2019

PARECER APROBATÓRIO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS
PARA O EXERCÍCIO DE 2019

Em reunião realizada no dia 29.10.108, reuniram-se os membros do Conselho de Administração da Niterói Prev – Autarquia Municipal Gestora da Previdência Social do Município de Niterói – RJ para o exame, apreciação e aprovação da Política de Investimentos dos recursos previdenciários, do Fundo Previdenciário do RPPS, para vigor no exercício de 2019, conforme legislação em vigor.

Niterói-RJ, em 29 de outubro de 2018.

Nome	CPF	Assinatura
MOACIR LINHARES SOUTINHO DA CRUZ	155.015.827-91	
ARTHUR MELLO CEZAR DA ROCHA	793.809.807-87	
PABLO VILLARIM GONÇALVES	079.107.597-46	
FABIANO GONÇALVES	026.526.307-76	
CLEUSA JACIRA CORREIA MERE	323.780.687.00	
SOLANGE NAZARE CORREA ASSUMPTÃO	455.094.927-91	
CONRADO PACHECO BARBOSA	056.994.187-33	
CARLOS RAPOSO	889.610.367-34	
RUBENS CARRILHO FERNANDES	413.856.167-68	

1. Ente - PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI

1.1. Dados do Ente

1.1.1. Endereço: Rua Visconde de Sepetiba nº 987

1.1.2. Bairro: Centro

1.1.3. CEP: 24.020-206

1.1.4. E-mail: prefeitura@niteroi.rj.gov.br

1.1.5. Telefone: (21) 2620-0403

1.2. Dados do Representante Legal do Ente

1.2.1. CPF: 072.906.237-62

1.2.2. Nome: RODRIGO NEVES BARRETO

1.2.3. Cargo: Prefeito

1.2.4. E-mail: prefeitura@niteroi.rj.gov.br

1.2.5. Telefone: (21) 2620-0403

1.2.6. Dados Início Gestão: 01.01.2017

2. Unidade Gestora

2.1. Dados da Unidade Gestora

2.1.1. CNPJ: 28.543.098/0001-42

2.1.2. Razão Social: NITERÓI PREV

2.1.3. Legislação Municipal: Lei nº 2.288, de 29/12/2005.

2.1.4. Endereço: Rua da Conceição nº 195

2.1.5. Bairro: Centro

2.1.6. CEP: 24.020-086

2.1.7. E-mail: pres.nitprev@gmail.com

2.1.8. Telefone: (21) 2613-8956

2.1.9. Natureza Jurídica: Autarquia Municipal

2.2. Dados do Representante Legal da Unidade Gestora

2.2.1. CPF: 155.015.527-91

2.2.2. Nome: MOACIR LINHARES SOUTINHO DA CRUZ

2.2.3. Cargo: Presidente

2.2.4. Data Início Gestão: 01.01.2017

2.2.5. E-mail: Moacir.nitprev@gmail.com

2.2.6. Telefone: (21) 2613-8956

2.2.7. Tipo de Vínculo: Cargo Comissionado

3. Governança

3.1. Gestão dos Recursos do RPPS

3.1.1. Identificação do Gestor

MANOEL MOREIRA FILHO – CPF: 390.719.447-00 - Servidor Efetivo, lotado na Niterói Prev – Nomeado pela Portaria nº 93, datada de 03.02.2017. CPA 10 – Certificado pela AMBIMA em 30.10.2014, com validade até 22.10.2020.

3.2. Colegiado Deliberativo do RPPS

3.2.1. Conselho de Administração


MOACIR LINHARES SOUTINHO DA CRUZ – CPF: 155.015.827-91- Cargo Comissionado – Niterói Prev – Presidente – Nomeado por meio do Decreto nº 46/17, datado de 03.01.2017; designado para Presidente do Conselho de Administração nos termos do contido no inciso II, do Art. 11 da Lei nº 2.288/2005, de 29.12.2005.

PABLO VILLARIM GONÇALVES – CPF: 079.107.597-46- Cargo Comissionado – Secretaria Municipal de Fazenda – Secretário – Nomeado por meio da Portaria nº 1.561/17, datado de 11.05.2017; designado como membro do Conselho de Administração nos termos do contido no inciso II, do Art. 11 da Lei nº 2.288/2005, de 29.12.2005.

FABIANO GONÇALVES – CPF: 026.526.307-76- Cargo Comissionado – Secretaria Municipal de Administração – Secretário – Nomeado por meio da Portaria nº 34/17, datado de 03.01.2017; designado como membro do Conselho de Administração nos termos do contido no inciso II, do Art. 11 da Lei nº 2.288/2005, de 29.12.2005.

CARLOS RAPOSO – CPF: 889.610.367-34- Cargo Comissionado – Procuradoria Geral do Município de Niterói – Procurador – Nomeado por meio da Portaria nº 45/17, datado de 03.01.2017; designado como membro do Conselho de Administração nos termos do contido no inciso II, do Art. 11 da Lei nº 2.288/2005, de 29.12.2005.

ARTHUR MELLO CEZAR DA ROCHA – CPF: 793.809.807-87 - Servidor efetivo lotado na Niterói Prev – Conselheiro eleito nos termos do contido no inciso II, do Art. 11 da Lei nº 2.288/2005, de 29.12.2005.

 **CONRADO PACHECO BARBOSA** – CPF: 056.994.187-33 - Servidor efetivo lotado na Secretaria Municipal de Administração – Conselheiro eleito nos termos do contido no inciso II, do Art. 11 da Lei nº 2.288/2005, de 29.12.2005.

SOLANGE NAZARÉ CORREA ASSUMPÇÃO – CPF: 455.094.927-91 - Servidora Aposentada da Niterói Terminais Rodoviários (Niter) – Conselheira eleita nos termos do contido no inciso II, do Art. 11 da Lei nº 2.288/2005, de 29.12.2005.

CLEUSA JACIRA CORRÊA MERE – CPF: 323.780.687-00 - Servidora Aposentada da Fundação Municipal de Educação – Conselheira eleita nos termos do contido no inciso II, do Art. 11 da Lei nº 2.288/2005, de 29.12.2005.

RUBENS CARRILHO FERNANDES – CPF: 413.856.167-68 - Servidor efetivo lotado na Câmara Municipal de Niterói - Designado como membro do Conselho de Administração nos termos do contido no inciso II, do Art. 11 da Lei nº 2.288/2005, de 29.12.2005.

3.3. Comitê de Investimentos do RPPS

3.3.1. Composição do Comitê de Investimentos

MOACIR LINHARES SOUTINHO DA CRUZ – CPF: 155.015.827-91- Cargo Comissionado – Niterói Prev – Presidente – nos termos do Decreto 46/17, datado de 01.01.2017; designado para membro do COMIN nos termos do inciso I, do Art. 2º do Decreto nº 11.413/2013.

ADMIR BONGARTHNER – CPF 549.174.688-68 – Cargo Comissionado – Diretor de Finanças – nomeado por meio da Portaria nº 77/17, datado de 04.01.2017; designado para membro do COMIN nos termos do inciso III, do Art. 2º do Decreto nº 11.413/2013. Certificação CPA-10 (ANBIMA), validade 13.06.2021.

MARCILIO FARIA DA COSTA, CPF: 355.184.057-15 - Cargo Comissionado – Chefe do Departamento de Riscos Operacionais – nomeado por meio da Portaria nº 127/17, datado de 06.03.2017; designado para membro do COMIN nos termos do inciso IV, do Art. 2º do Decreto nº 11.413/2013. Certificação CPA-10 (ANBIMA), validade 20.08.2021.

CRISTIANE MARA RODRIGUES MARCELINO – CPF: 001.503.907-26 - Servidora Comissionada – Subsecretária de Controle Interno – Representante da Secretaria de Planejamento, Controle e Modernização da Gestão, nos termos do Decreto nº 70/17, datado de 06.01.2017, designado pelo Presidente para membro do COMIN por meio do inciso V, do Art. 2º do Decreto nº 11.413/2013. Certificação CPA-10 (ANBIMA), validade 01.08.2021

FABIANO GONÇALVES – CPF: 026.526.307-76 - Servidor Comissionado – Secretário de Administração – Representante da Secretaria Municipal de Administração nos termos do Decreto nº 34/17, datado de 01.01.2017, designado para

membro do COMIN por meio do inciso VI, do Art. 2º do Decreto nº 11.413/2013. Certificação CPA-10 (ANBIMA), validade 04.05.2021.

MANOEL MOREIRA FILHO – CPF: 390.719.447-00 - Gestor dos Recursos Previdenciários do RPPS, nos termos da Portaria nº 93/17, datado de 03.02.2017 e servidor Efetivo da Autarquia designado pelo Presidente para membro do COMIN por meio do inciso VII, do Art. 2º do Decreto nº 11.413/2013. Certificação CPA 10 – (ANBIMA) – validade até 22.10.2020.

NICOLY DE MOURA DIAS LIMA – CPF: 164.177.287-57 - Servidor Comissionado da Autarquia – Representante designado pelo Presidente para membro do COMIN nos termos do inciso VII, do Art. 2º do Decreto nº 12.661/2017, datado de 14.06.2017 e inciso II do Art. 2º do Decreto nº 11.413 de 07.06.2013. Certificação CPA-10 (ANBIMA), validade 15.06.2021.

4. Identificação da Política de Investimentos

4.1. Elaboração da Política de Investimentos

4.1.1. Data da Elaboração: 23 de outubro de 2018.

4.1.2. Responsável pela Elaboração: Membros do Comitê de Investimentos

4.2. Aprovação da Política de Investimentos

4.2.1. Conselho de Administração da Niterói Prev

4.2.2. Comitê de Investimentos do RPPS

4.2.3. Data da Aprovação: 29 de outubro de 2018.

4.3. Divulgação da Política de Investimentos

4.3.1. Forma de Divulgação: No sitio da Niterói Prev

4.3.2. Descrição: disponibilização da cópia do documento em arquivo PDF.

4.3.3. Data da Publicação: primeira quinzena do mês de novembro de 2018.

5. Meta de Rentabilidade

5.1. Índice de Referência: IPCA

5.2. Justificativa de escolha do indexador: por se tratar de índice adotado pelo Ente Federativo para a condução da sua política de reajuste salarial.

5.3. Meta Atuarial: IPCA + 6% a.a.

6. OBJETIVOS

A presente Política de Investimentos – PI, estabelece a forma de gerenciamento dos investimentos e desinvestimentos dos recursos do regime previdenciário.

Na montagem deste documento foram observadas as normas e diretrizes referentes à gestão dos recursos financeiros do RPPS/Niterói, com foco na Resolução CMN nº 3.922/10 e suas alterações nos termos da Resoluções CMN nº 4.392/2014, e nº 4.604/2017, em total aderência ao disposto na Portaria MPS nº 519/2011 e, também, considerados os fatores de Risco, Segurança, Solvência, Liquidez e Transparência, motivação, bem como a adequação à natureza da sua edição.

A Política de Investimentos traz em seu contexto principal, os limites de alocação em ativos de renda fixa e renda variável, e investimentos estruturados, em consonância com a legislação vigente.

Além destes limites, as vedações específicas têm o condão de oferecer ao gestor e membros do Comitê de Investimentos as melhores orientações quanto à alocação dos recursos financeiros em produtos e ativos adequados ao perfil e às necessidades atuariais do RPPS.

A vigência desta política compreende o período entre o dia 01 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2019.

A presente Política de Investimentos 2019, consigna que:

- As alocações em produtos e ativos buscarão obter resultados compatíveis à meta atuarial e risco adequado ao perfil do RPPS;

- O processo de investimento será decidido pelo **Gestor dos Recursos Previdenciários** e pelo Comitê de Investimentos, baseado nos relatórios de análise de produtos, para a tomada de decisão acerca das alocações;

- O RPPS, dentre outros princípios que norteiam as boas práticas administrativas, a ser observada por todo servidor público, dará ênfase aos princípios - **ética e transparência** - na gestão dos investimentos tomando como referência, principalmente as diretrizes e normas estabelecidas nesta Política, na Resolução CMN nº 3.922/10 e suas alterações, e na Portaria MPS nº 519/2011.

7. COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS ENVOLVIDOS NA GESTÃO DOS RECURSOS

A gestão dos recursos do RPPS envolve: o Conselho de Administração da Niterói Prev, o Gestor dos Recursos Previdenciários da Niterói Prev, e o Comitê de Investimentos.

No que diz respeito à elaboração e implementação da Política de Investimentos, cada um dos envolvidos possui as seguintes competências:

7.1 Conselho de Administração

Aprovar a Política de Investimentos com base na legislação vigente, e manter o acompanhamento da sua execução por meio de demanda específica do próprio órgão, ou quando demandado pelo Comitê de Investimentos, quando forem identificadas situações cujas decisões devam ser referendadas pela instância superior.

7.2 Gestor de Recursos

a) Executar as diretrizes definidas na Política de Investimentos quanto às alocações dos recursos do regime previdenciário de acordo com os limites aprovados, com o concurso do Comitê de Investimentos;

b) Apreciar os cenários econômico-financeiros de curto, médio e longo prazo e adotar medidas de adequação da carteira em razão destes, com o concurso do Comitê de Investimentos;

c) Executar, em conjunto com o Comitê de Investimentos, as estratégias de alocação dos recursos financeiros do regime previdenciário em consonância com a Política de Investimentos e Resolução nº 3.922/2010 e suas alterações, visando o cumprimento da meta atuarial;

d) Propor, em conjunto com o Comitê de Investimentos, possíveis alterações da Política de Investimentos dos recursos do Fundo Previdenciário, Fundo Financeiro, e Fundo Niterói Prev, submetendo-as ao Conselho de Administração da Niterói Prev, para aprovação;

e) Analisar, em conjunto com o Comitê de Investimentos, a aplicação em novas instituições financeiras;

f) Analisar, em conjunto com o Comitê de Investimentos, as taxas de juros, de administração e de desempenho das aplicações existentes e as que vierem ser realizadas;

g) zelar para que os recursos sejam aplicados nas instituições credenciadas junto à Niterói Prev; e

h) adotar procedimentos diferenciados para aplicação e resgates e acompanhamento (fluxo de caixa) dos recursos do Fundo Financeiro e do Fundo Niterói Prev, de tal sorte que os mesmos não sejam submetidos a riscos que propiciem perdas, mesmo que recuperáveis no médio e longo prazo, por se tratar de recursos que não se destinam a suportar despesas com benefícios futuros dos segurados do RPPS/Niterói.

7.3 Comitê de Investimentos

a) Propor, em conjunto com o Gestor de Recursos, as estratégias de alocação dos recursos financeiros do regime previdenciário em consonância com a Resolução nº 3.922/2010 do Conselho Monetário Nacional, e suas alterações, visando o cumprimento da meta atuarial;

b) Sugerir, em conjunto com o Gestor de Recursos, as alterações da Política de Investimentos dos recursos do regime previdenciário, submetendo-as Conselho de Administração da Niterói Prev, para aprovação;

c) Apreciar os cenários econômico-financeiros de curto, médio e longo prazo, e emitir parecer a respeito dos mesmos;

d) Observar, em conjunto com o Gestor de Recursos, a aplicação dos limites de alocações de acordo com a Política de Investimentos e as normas do CMN;

e) Analisar, em conjunto com o Gestor de Recursos, a aplicação em novas instituições financeiras;

f) Analisar, em conjunto com o Gestor de Recursos, as taxas de juros, de administração e de desempenho das aplicações existentes e as que vierem ser realizadas;

g) Fornecer subsídios para a Comissão Permanente de Credenciamento, com vistas a propiciar adequada avaliação de cada instituição credenciante, bem como, se for o caso, a recomendação para o cancelamento de credenciamento, respeitado o devido processo administrativo, com ênfase no exercício do contraditório e ampla defesa;

h) Propor, em conjunto com o Gestor de Recursos, se necessária, a revisão da Política de Investimentos ao Regime Próprio de Previdência Social, com vistas à adequação ao mercado ou a nova legislação; e

i) Fazer registrar em Ata de forma resumida a(s) razão(ões) pela(s) qual(is) a meta atuarial estabelecida não foi atingida no período considerado.

8. CENÁRIO ECONÔMICO

8.1 Conjuntura Atual

O ano de 2018 vem sendo desafiador, conforme já era esperado nas projeções realizadas ao longo do ano de 2017. O mês de abril trouxe alguma oscilação nos preços dos ativos para o mercado financeiro. Dólar em alta, bolsa em baixa e volatilidade para os fundos da família IMA-B. A expectativa de aumento maior na taxa de juro norte-americana está no cerne deste aumento de volatilidade no mercado. Juros mais altos nos Estados Unidos da América (EUA). A greve dos caminhoneiros trouxe ao mercado a incerteza sobre a capacidade de negociação do governo federal. Depois de ocorrida uma negociação questionável, o Brasil voltou para sua programação normal. Isto tudo, apesar da taxa de juros básica para a economia estar em 6,50% ao ano, com sinalização de inflação sob controle (Focus-Relatório de Mercado, apresentar uma inflação para ano de 4,44%), e incentivos para a recuperação do PIB. O desafio daqui em diante será lidar com a volatilidade costumeira em anos de eleição presidencial, com os indicadores econômicos e preços dos ativos no curto prazo oscilando conforme a divulgação de pesquisas eleitorais. Será necessário adicionar risco aos investimentos para obtenção de melhores retornos. No cenário global, o momento é de atenção para escalada das tensões comerciais entre China e EUA, uma vez que há uma escalada tarifária entre estes dois países. Podemos afirmar que esta guerra comercial não interessa nenhum dos países envolvidos, uma vez que poderia colocar todos em um mesmo momento crítico.¹

8.2 Perspectivas para 2019

Impossível falar de perspectivas sem falar do futuro da economia e da política dos EUA. Alguns analistas do mercado financeiro apontam que os EUA estejam

¹ Extrato FOCUS - Relatório do Banco Central, de 19 de outubro de 2018.

caminhando para uma nova recessão. A base teórica para este argumento é que o período de expansão da economia americana já dura quase 10 anos, período longo para os ciclos econômicos. Além disso, será de grande importância acompanhar o movimento do FED (Banco Central Americano), acenado com gradativos aumentos na Taxa de Juros. Localmente entraremos no ano de 2019 com um novo presidente da república, e deste o mercado financeiro espera ansiosamente pela implementação de reformas tão esperadas, de um plano econômico sólido, consistente e de longo prazo. A questão é a capacidade de o eleito tramitar pautas tão delicadas entre parlamentares, uma vez que nenhuma destas pautas trará uma agenda de fato positiva ao eleito. Expectativas dos principais agentes de Mercado para o ano de 2019 e inflação de 4,22%, Produto Interno Bruto – PIB do Brasil seja de 2,5%, e que a Meta Taxa Selic feche o ano em 8,00%aa.²

9. META DE RENTABILIDADE PARA 2019

Em consonância com a necessidade de se manter o equilíbrio financeiro e atuarial do Fundo Previdenciário, combinado com a análise prospectiva do Cenário Econômico para ano de 2019, o Comitê de Investimento estabelece como meta atuarial o resultado da combinação Índice + taxa de juros real, ou seja – IPCA + 6% a.a.

10. MODELO DE GESTÃO

Para que todas as decisões de investimentos e desinvestimentos sejam tomadas internamente sem interferência de agentes externos, a Niterói Prev adotou o modelo de gestão próprio para gerir os recursos do Fundo Previdenciário, nos termos do contido no § 1º, do inciso I, do art. 15, da Resolução nº 3.922/10 do Conselho Monetário Nacional.

11. ESTRATÉGIAS DE INVESTIMENTOS E DESINVESTIMENTOS

Os cenários e projeções econômicas para o ano de 2019 exigem que o RPPS, a fim de cumprir com seu objetivo de rentabilidade, atue de maneira dinâmica aproveitando da melhor maneira as oportunidades existentes no mercado financeiro. Desta forma, a estratégia de investimento e desinvestimento levará em consideração dois aspectos: a expectativa de rentabilidade e o risco associados aos produtos.

² Extraído FOCUS - Relatório do Banco Central, de 19 de outubro de 2018.

A partir da análise do cenário macroeconômico de curto e médio prazo, da avaliação dos riscos e das possibilidades de retorno, o Gestor de Recursos do RPPS efetuará os investimentos ou desinvestimentos dentre as diferentes classes de ativos, em conjunto com o Comitê de Investimentos.

Todavia, os recursos recebidos no período compreendido entre as reuniões do Comitê de investimentos, serão aplicados em produtos onde o regime previdenciário já possua investimentos anteriores e, preferencialmente, nas mesmas instituições financeiras que receba os recursos. Tais atos deverão ser analisados pelo Comitê de Investimentos, na primeira reunião do Comitê de Investimentos.

Os investimentos serão definidos pelo gestor dos recursos previdenciários, com base nas metodologias utilizadas internamente pela instituição administradora de recursos, as quais deverão observar os princípios estabelecidos pela Resolução nº. 3.922/2010, e suas alterações.

Com vistas a propiciar a segurança e mitigar os riscos inerentes ao negócio, o gestor de recursos previdenciários deverá priorizar: a) Recursos do Fundo Previdenciário – UO 1084 - alocação de recursos em investimentos referenciados em CDI, IDKA2, IRF-M1, IMA-B5, em fundos multimercado e fundos referenciados em índices de renda variável, a fim de que a meta atuarial para 2019 possa ser atingida e cuja projeção está desenhada por meio das projeções extraídas do Relatório Focus do Banco Central em 19/10/2018; b) Recursos do Fundo Financeiro, e Fundo Niterói Prev, com vistas a preservar o fluxo de caixa para atender despesas de custeio, deverão, preferencialmente, ter os seus recursos alocados em fundos de renda fixa CDI.

12. ESTRUTURAS E LIMITES

A Resolução nº 3.922/2010 do Conselho Monetário Nacional, e suas alterações, estabelece que os recursos sejam alocados, exclusivamente, nos segmentos de: Renda Fixa, Renda Variável e Imóveis.

Neste sentido, cumprindo com o disposto pelo Conselho Monetário Nacional as aplicações do RPPS serão alocadas, nos segmentos de Renda Fixa e Variável, obedecendo aos seguintes limites:

LÍMITE DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS	Limites			
	Resolução 3.922	Mínimo	Alvo	Máximo
Renda Fixa				
Títulos Públicos de emissão do TN – Art. 7º, I, a	100%	-	-	-
FI 100% títulos TN – art. 7º, I, b	100%	15%	65,17%	90%
ETF – 100% Títulos Públicos – Art. 7º, I, c	100%	-	-	-
Operações compromissadas – Art. 7º, II	5%	-	-	-
FI renda fixa “referenciado” – Art. 7º, III, a	60%	-	-	-
ETF Renda Fixa “referenciado” – Art. 7º, III, b	60%	-	-	-
FI Renda Fixa – Geral – Art. 7º, IV, a	40%	12%	31,11%	38%
ETF – Demais indicadores – Art. 7º, IV, b	40%	-	-	-
Letras Imobiliárias Garantidas – Art. 7º, V, b	20%	-	-	-
CDB – Certificado de Depósito Bancário – Art. 7º, VI, a	15%	-	-	-
Poupança – Art. 7º, VI, b	15%	-	-	-
FI em Direitos Creditórios – Cota Senior – Art. 7º, VII, a	5%	-	-	-
FI Renda Fixa “Crédito Privado” – Art. 7º, VII, b	5%	-	-	-
FI Debêntures de Infraestrutura – Art. 7º, VII, c	5%	-	-	-
Renda Variável				
FI de ações – Índices com no mínimo 50 ações – Art. 8º, I, a	30%	-	-	-
ETF – Índice de ações (com no mínimo 50 ações) – Art. 8º, I, b	30%	0%	1,22%	15%
FI de ações – Geral – Art. 8º, II, a	20%	0%	1,22%	10%
ETF – Demais índices de ações – Art. 8º, II, b	20%	-	-	-
FI Multimercado – aberto – Art. 8º, III	10%	0%	1,20%	5%
FI em participações – Art. 8º, IV, a	5%	-	-	-
FI Imobiliário – Art. 8º, IV, b	5%	0%	0,08%	1%

13. VEDAÇÕES

13.1 Gerais

Os recursos dos Planos - previdenciário e financeiro – e das reservas da taxa de administração serão aplicados em conformidade com a Resolução nº 3.922/2010 do Conselho Monetário Nacional e as disposições desta Política de Investimentos, não sendo facultado/possível ao gestor:

- Adquirir títulos públicos federais que não sejam registrados no sistema SELIC;
- Aplicar recursos em cotas de fundos de investimento cuja atuação em mercados de derivativos gere exposição superior a uma vez o respectivo patrimônio líquido, inclusive os Fundos Multimercados;
- Na negociação de títulos públicos, realizar operações denominadas *day trade*;
- Adquirir cotas de FIDC (Fundo de Investimento em Direitos Creditórios) cuja carteira contenha, direta ou indiretamente, direitos creditórios em que o ente federativo figure como devedor ou preste fiança, aceite, aval ou coobrigação sob qualquer outra forma ou, adquirir cotas de fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados;
- Atuar em modalidades operacionais ou negociar com duplicatas, títulos de crédito ou outros ativos que não os previstos na Resolução nº 3.922/2010 do Conselho Monetário Nacional;
- Possuir mais de 25% (vinte e cinco por cento) do patrimônio líquido de um mesmo fundo independentemente do segmento (renda fixa/renda variável);
- Alocar mais de 20% (vinte por cento) dos recursos do regime previdenciário, em cotas de um mesmo fundo, exceto quando tratar-se de produtos com *benchmark* IMA ou IDkA formados unicamente por Títulos do Tesouro Nacional;
- Fundos de Renda Fixa - Serão efetuadas aplicações apenas em fundos cujas carteiras contenham, exclusivamente, ativos classificados como de baixo risco de crédito, por agência classificadora de risco em funcionamento no país;
- Aplicar em fundos de investimento em cotas de fundos de investimento quando não for possível identificar e demonstrar que os respectivos fundos mantenham as composições, limites e garantias exigidas para os fundos de investimento de que trata a Resolução CVM nº 3.922/2010;

- Adotar outras modalidades expressamente vedadas pela presente Política de Investimentos e na Resolução nº 3.922/10 do Conselho Monetário Nacional;
- Pagar taxa de *performance*, quando o resultado do valor da aplicação for inferior ao seu valor nominal inicial ou ao valor na data da última cobrança; e
- Aplicar recursos do Plano Financeiro, e da Reserva da Taxa de Administração, em ativos cujo risco não esteja classificado de “baixo risco”.

13.2 Específicas

Nos segmentos de Renda Fixa e Renda Variável, ficam vedadas as aplicações em fundos que gerem ou possam gerar **iliquidez** à carteira do Plano Previdenciário (UO 7084) com prazo maior do que 90 (noventa) dias, da carteira do Plano Financeiro (UO 7083) e Reserva da Taxa de Administração (UO 7082) exceto, no caso do Plano Previdenciário:

- Fundos de Investimentos Imobiliários - FII's - desde que cumpridos todos os requisitos de análise e ouvido o Comitê de Investimentos, quando o valor a ser investido ultrapassar a 50% (cinquenta por cento) do percentual do segmento (2,5% - dois e meio por cento);
- Fundos de Investimentos Multimercados - FIM - desde que cumpridos todos os requisitos de análise decidindo em conjunto com o Comitê de Investimentos;
- Fundos de Investimentos em Ações - FIA - desde que cumpridos todos os requisitos de análise e ouvido o Comitê de Investimentos;
- Fundos de Investimentos denominados de Crédito Privado - desde que cumpridos todos os requisitos de análise e ouvido o Comitê de Investimentos, quando o valor a ser investido ultrapassar a 50% (cinquenta por cento) do percentual do segmento (2,5% - dois e meio por cento). As aplicações em fundos de investimentos denominados de crédito privado, subordinam-se que os direitos, títulos e valores mobiliários que compõem suas carteiras ou

respectivos emissores sejam considerados de baixo risco de crédito, com base, dentre outros critérios, em classificação efetuada por agência classificadora de risco em funcionamento no País;

- Fundos de Investimento que tenham como base o rendimento de títulos públicos com vencimento determinado, onde o RPPS obriga-se, mediante assinatura de termo específico, a manter sua aplicação no fundo de investimento até o vencimento do título ou títulos específicos descritos em seu regulamento.

14. SELEÇÃO DE ATIVOS E FUNDOS

A seleção dos produtos é de competência do Gestor de Recursos do RPPS, que ouvirá o Comitê de Investimentos e analisará minimamente os seguintes aspectos:

- Rentabilidade em relação *benchmark*;
- Volatilidade;
- Índices de eficiência;
- Regulamento, evidenciando as características, natureza e enquadramento

do produto na Resolução nº 3.922/2010 do Conselho Monetário Nacional e análise do relatório de agência de risco (se houver);

- As aplicações que apresentem prazos para desinvestimento, taxa de saída ou outro tipo de cobrança que onerem o RPPS, inclusive prazos de carência para conversão de cotas de fundos de investimentos, deverão ser precedidas de análise do Comitê de Investimentos e anuência do responsável legal pelo RPPS, evidenciando a sua compatibilidade com as obrigações presentes e futuras do regime;

14.1 Credenciamento das Instituições Financeiras

O credenciamento das Instituições Financeiras e dos veículos de investimentos é requisito prévio para as alocações de recursos do regime de previdência.

A Niterói Prev adotou, para o credenciamento de instituições e/ou Fundos interessados em operar com recursos do Fundo Previdenciário, o CREDENCIAMENTO ABERTO, nos termos do Edital de Credenciamento nº 1/2017, e suas alterações.

De acordo com as normas em vigor, o Credenciamento, uma vez concedido, terá a validade de 12 meses.

Os credenciamentos concedidos serão divulgados por meio da publicação do ato administrativo no Diário Oficial do Município, e nos canais de comunicação usualmente utilizados pela Niterói Prev.

14.2 Aberturas das Carteiras, *Rating* dos Ativos.

Os investimentos em cotas de fundos, independente do segmento, ficam condicionados a prévia análise de carteira de ativos onde seja possível examinar, ao menos, o nome dos ativos, os vencimentos, as taxas de negociação, o valor de mercado dos ativos bem como seu percentual de distribuição.

14.3 *Rating* das Instituições

De acordo com Artigo 15, § 2º, da Resolução CVM nº 3.922/2010, os recursos previdenciários do RPPS/Niterói só poderão ser aplicados em carteira administrada ou em cotas de fundo de investimento geridos por instituição financeira, demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, ou pessoas jurídicas autorizadas pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira considerada, pelos responsáveis pela gestão de recursos do regime próprio de previdência social, com base, entre outros critérios, em classificação efetuada por agência classificadora de risco registrada ou reconhecida pela CVM, como:

I - de baixo Risco de Crédito;

II - de boa qualidade de gestão e de ambiente de controle de investimento.

15. DA TRANSPARÊNCIA

O RPPS/Niterói busca, por meio da sua Política de Investimentos, estabelecer critérios de transparência e governança em seus processos internos de investimentos.

Desta forma, foram definidos os seguintes procedimentos para divulgação das informações relativas aos investimentos das Carteiras do Plano Previdenciário, Plano Financeiro, e Reserva da Taxa de Administração:

15.1 Disponibilização dos Resultados

- Disponibilizar aos segurados do RPPS a íntegra desta Política de Investimentos, bem como quaisquer alterações que vierem a ser efetuadas em até 15 (quinze) dias após a aprovação, conforme Portaria MPAS nº 519 de 24 de agosto de 2011;

- Disponibilizar no site RPPS, no prazo de até 30 dias após o encerramento do mês, a composição das carteiras de investimentos;

- Trimestralmente, disponibilizar aos segurados do RPPS, e enviar ao Conselho de Administração da Niterói Prev o relatório de gestão que evidencie detalhadamente a rentabilidade, os riscos das diversas modalidades de operações realizadas nas aplicações dos recursos do RPPS e a aderência à **política anual de investimentos** e suas revisões.

15.2 Disponibilização das informações

- Disponibilizar aos segurados do RPPS as informações contidas nos formulários APR - Autorização de Aplicação e Resgate, no prazo de até trinta dias, contados da respectiva aplicação ou resgate;
- Disponibilizar aos segurados do RPPS: os procedimentos de seleção das eventuais entidades autorizadas e credenciadas; as informações relativas ao processo de credenciamento de instituições para receber as aplicações dos recursos do RPPS; e, relação das entidades credenciadas para atuar com o RPPS e respectiva data de atualização do credenciamento;
- Disponibilizar aos segurados do RPPS informações sobre as datas e locais das reuniões dos órgãos de deliberação colegiada e do Comitê de Investimentos.

16. DISPOSIÇÕES GERAIS

A presente Política de Investimentos foi elaborada e planejada para orientar as aplicações de investimentos para o exercício de 2019, consideradas as projeções macro e microeconômicas no intervalo de doze meses. As revisões extraordinárias, quando houver necessidade de ajustes, em face do comportamento/conjuntura do mercado e/ou alteração da legislação, deverão ser justificadas, aprovadas e publicadas.


As estratégias macro, definidas nesta política deverão ser **integralmente** executadas pelo Gestor dos Recursos Previdenciários da Niterói Prev, que orientado por critérios técnicos, estabelecerá as diretrizes de alocação específicas, de curto e médio prazo, para a obtenção da meta atuarial.

Serão apresentadas ao Conselho de Administração da Niterói Prev, para avaliação e deliberação, as alterações deste documento.


Os recursos do Fundo Previdenciário serão, preferencialmente, aplicados em Instituições Financeiras Públicas.

A Política de Investimentos do RPPS foi aprovada através da Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração da Niterói Prev, realizada em 29 de outubro de 2018, disciplinada pela Resolução nº 3.922/2010 do Conselho Monetário Nacional e seu prazo de vigência compreende o período de 01/01/2019 até 31/12/2019.

Niterói-RJ, 25 de outubro de 2018.

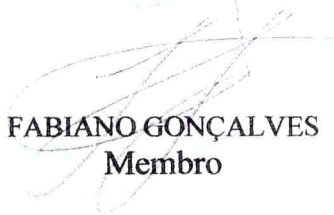

MOACIR LINHARES SOUTINHO DA CRUZ
Presidente



MARCILIO FARIA DA COSTA
Membro


CRISTIANE M. R. MARCELINO
Membro


ADMIR BONGARTHNER
Membro


MANOEL MOREIRA FILHO
Membro


FABIANO GONÇALVES
Membro


NICOLY DE MOURA DIAS LIMA
Membro